

# O QUE É RURAL? CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE

## *What Is Rural? Contributions to Discussion*

Ivair Gomes

UFSJ - Universidade Federal de São João del-Rei - DEGEO - Depto de Geociências - Geografia

CTAN - Campus Tancredo Neves

Av. Visconde do Rio Preto, s/nº Colônia do Bengo - CEP 36301.360 - São João del-Rei – MG

ivair@ufsj.edu.br ivair@ufsj.edu.br

### RESUMO

Um tema muito em voga nos estudos sobre o rural feitos por geógrafos é tentar definir, modernamente, o que vem a ser rural. Esse artigo é uma ampla revisão bibliográfica que tem por objetivo mostrar como alguns países de diferentes continentes tratam o assunto. As definições oficiais do que vem a ser rural sofrem grande variabilidade em todo o mundo. Países como Canadá, Estado Unidos, Escócia, Inglaterra, Colômbia, Nova Zelândia e China, e mesmo estados e regiões dentro desses países, utilizam diferentes parâmetros para definir o rural, dentre eles a distancia de centros urbanos, o tempo de viagem, o local de trabalho, etc. Não existe unicidade entre as metodologias exceto pelo fato de terem como referência, em sua maioria, não necessariamente as características inerentes ao espaço rural, mas fundamentalmente à localização dos aglomerados urbanos.

**Palavras chave:** Localização. Rural. Urbano.

### ABSTRACT

Today, a theme in vogue in the studies by rural made geographers are attempting to what is rural? This article aims to show how any countries deal with the matter. The official definitions of what is to be rural suffer great variability in the world. Countries like Canada, United States, Scotland, England, Colombia, New Zealand and China, and even states and regions within those countries, use different parameters to set the countryside, among them the distance from urban centers, the travel time, place work, etc.. There is no unity between the methodologies except for the fact and does not have all the characteristics of rural areas but also the location of urban settlements.

**Keywords:** Localization. Rural. Urban.

## 1 INTRODUÇÃO

*“Rural exprime, sobretudo, localização.”*  
(Antônio Candido - *Os parceiros do rio bonito*)

Além das definições acadêmicas sobre “Espaço Rural” há as definições oficiais que se utilizam de diferentes parâmetros de avaliação (normalmente de base estatística) objetivando ampliar a confiabilidade de censos e políticas públicas.

O "espaço rural" é um conceito geográfico, com localizações identificáveis, limitáveis em um mapa, ou se trata de uma representação social, de uma comunidade de interesses, culturas e modos de vida? A base teórica atual ainda não tem se mostrado robusta o suficiente, ou consensual, para responder à essa questão. Muitas vezes, em

trabalhos cartográficos, socioeconômicos, etc., somos obrigados a delinear o espaço através das categorias de localização e da distribuição, para que isso facilite, por exemplo, os levantamentos censitários.

Diante disso esse trabalho pretende mostrar como a diferenciação urbano/rural é feita em países de diferentes continentes do mundo, tentando assim oferecer mais bases para que a teoria possa cada vez mais se aproximar da prática, principalmente no Brasil.

Esse é um estudo de base que objetiva instigar e fornecer subsídios a outros estudos a serem desenvolvidos. Os dados sobre o Brasil não entram no artigo devido à bibliografia de fácil acesso disponível sobre o assunto.

Foram levantados dados de países da Ásia, Europa, Oceania e América<sup>1</sup>. Os países escolhidos possuem diversos atributos que são comuns às demais nações de seus continentes.

Nas Américas, foram analisados Colômbia, EUA e Canadá. No continente são encontrados grandes problemas sociais e forte dependência econômica dos produtos primários. Isto também pode ser visto na Colômbia. Temos ainda a industrialização e os vazios demográficos presentes nos EUA e no Canadá (no caso dos EUA mostrou-se também o Alabama, estado fortemente agrícola, visto que naquele país existe uma importante independência da legislação entre estados e federação).

Na Europa, Inglaterra e Escócia possuem significativa urbanização e grandes subsídios à agricultura, assim como pode ser visto na maioria dos outros países do continente.

Na Ásia, a China possui em suas diversas regiões as principais especificidades sociais e ambientais presentes no restante do continente. Além disso, o país tem se transformado num dos maiores protagonistas da economia mundial.

Quanto à Oceania optou-se pela Nova Zelândia, pois ela possui um bom índice de desenvolvimento mesclado a uma importante agricultura e pecuária, presentes também em boa parte do restante do continente.

O período analisado são as décadas finais do século XX e parte da primeira década do século XXI. Embora algumas mudanças possam ter ocorrido após esses levantamentos, entende-se que as informações aqui presentes são relativamente recentes e, principalmente, suficientemente importantes para servirem ao objetivo deste artigo que é, como já foi dito, fornecer condições para o desenvolvimento de teorias cada vez mais próximas da prática acerca da diferenciação urbano/rural no Brasil.

## 2 AS VISÃO DA ONU, DA OCDE E DA CEE

Observando-se a paisagem percebe-se que do ponto de vista de “área ocupada” o

rural ainda sobressai, sendo que muitos governos, países e pesquisadores têm a necessidade de delimitar de forma e seus limites. Isso é compreensível quando se depara com a necessidade de quantificar, localizar e delimitar seus dados. Como não existe um consenso sobre o tema muitas são as variáveis adotadas por cada país. Elas possuem por base características que cada um julga relevante. Sobre isso a ONU (Organização das Nações Unidas) afirma que:

Como as características que diferenciam as áreas urbanas e rurais diferem de um país para outro, a distinção entre as zonas urbanas e rurais da população ainda não podem ser condensadas em uma única definição aplicável a todos os países e até mesmo à maior parte das países de uma região. Quando não existem recomendações sobre esta questão, os países devem estabelecer as suas próprias definições de acordo com as suas necessidades específicas. (UNITED NATIONS, 2008, p. 124, tradução nossa).

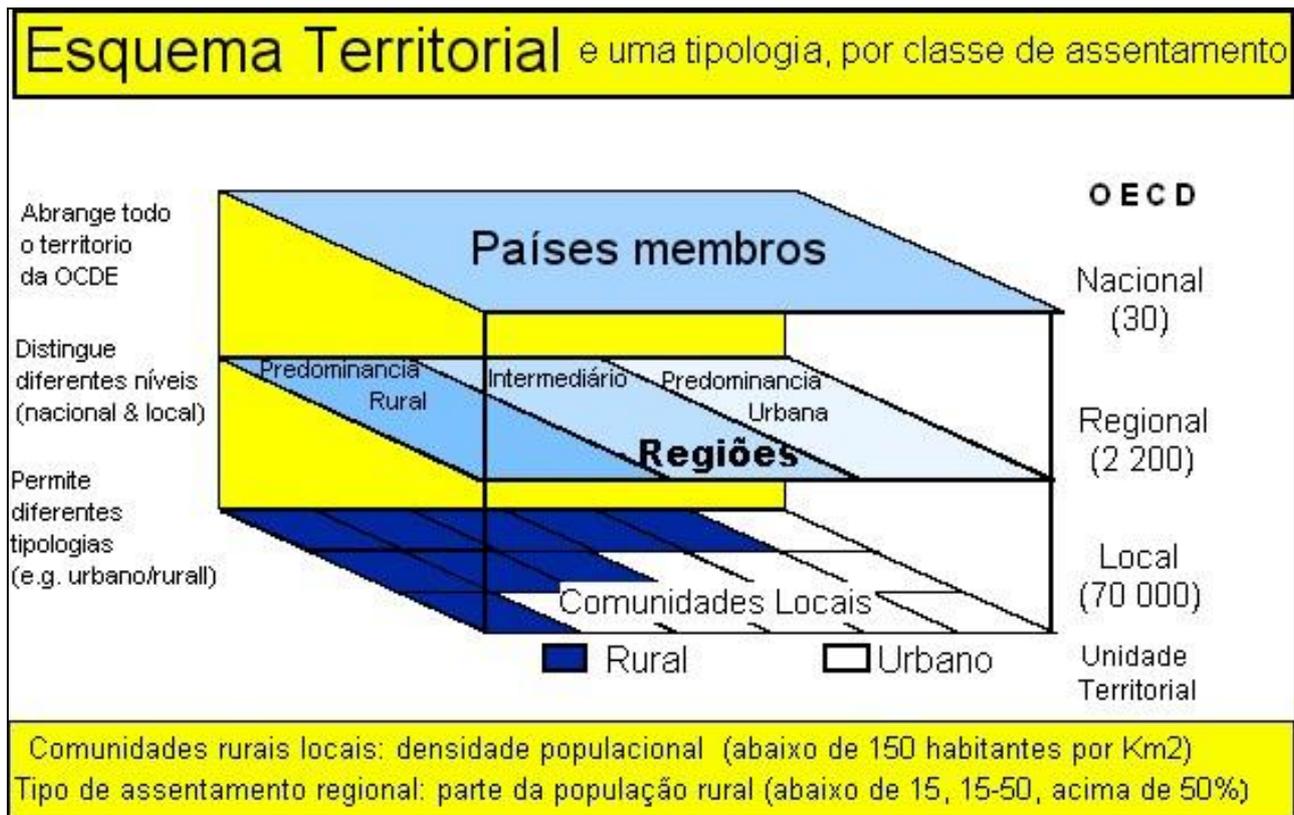
A ONU propõe ainda a utilização de critérios como:

- o predomínio de atividades agrícolas pela população economicamente ativa;
- o acesso a serviços e instalações considerados tipicamente urbanas;
- a densidade populacional.

Neste caso a ONU liga o rural ao agrícola, define o urbano como espaço de referencia cria bases para os diversos trabalhos que tentam provar que a densidade populacional é o principal parâmetro a ser adotado para caracterizar uma área rural.

Outro importante organismo internacional, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), criou em 1991, de acordo com Plessis, Beshiri e Bollman (2002) (através do *Rural Development Programme*) o *Rural Indicators Project*, que tinha por objetivo obter dados internacionalmente comparáveis para o “rural”.

O sistema da OCDE faz a distinção entre dois níveis geográficos no seio das nações: o nível da comunidade local e o nível regional (Figura 1). As comunidades locais



**Figura 1-** Esquema territorial e tipologia por tipo de assentamento  
**Fonte:** Adaptado de OECD (1999).

são definidas como unidades administrativas básicas ou pequenas áreas estatísticas. Elas são classificadas como rurais ou urbanas. Regiões são definidas como unidades administrativas maiores ou áreas funcionais, o que reflete o contexto mais amplo de desenvolvimento rural. Elas são descritas apenas como sendo mais ou menos rurais (PLESSIS; BESHIRI; BOLLMAN, 2002). Ao utilizar um limiar de 150 habitantes por quilômetro quadrado para identificar as comunidades rurais a OCDE adota a densidade populacional como parâmetro. Ela distingue três tipos de regiões, em função da quota-parte da população que vive nas "comunidades rurais" (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**):

- Regiões predominantemente rurais;
- Regiões Intermediárias;
- Regiões predominantemente urbanas.

Nesse caso a abordagem tipológica a ser adotada dependerá de sua finalidade. Eles exemplificam isso fazendo uma análise rural urbana em nível local (**Erro! Fonte de**

**referência não encontrada.**). Em princípio a OCDE identifica como rural comunidades com população inferior a 150 hab./km<sup>2</sup>. “No entanto, as opções e oportunidades de desenvolvimento para as comunidades rurais locais, dependem crucialmente sua relação com os centros urbanos, em especial as na sua própria região” (OECD, 1999).

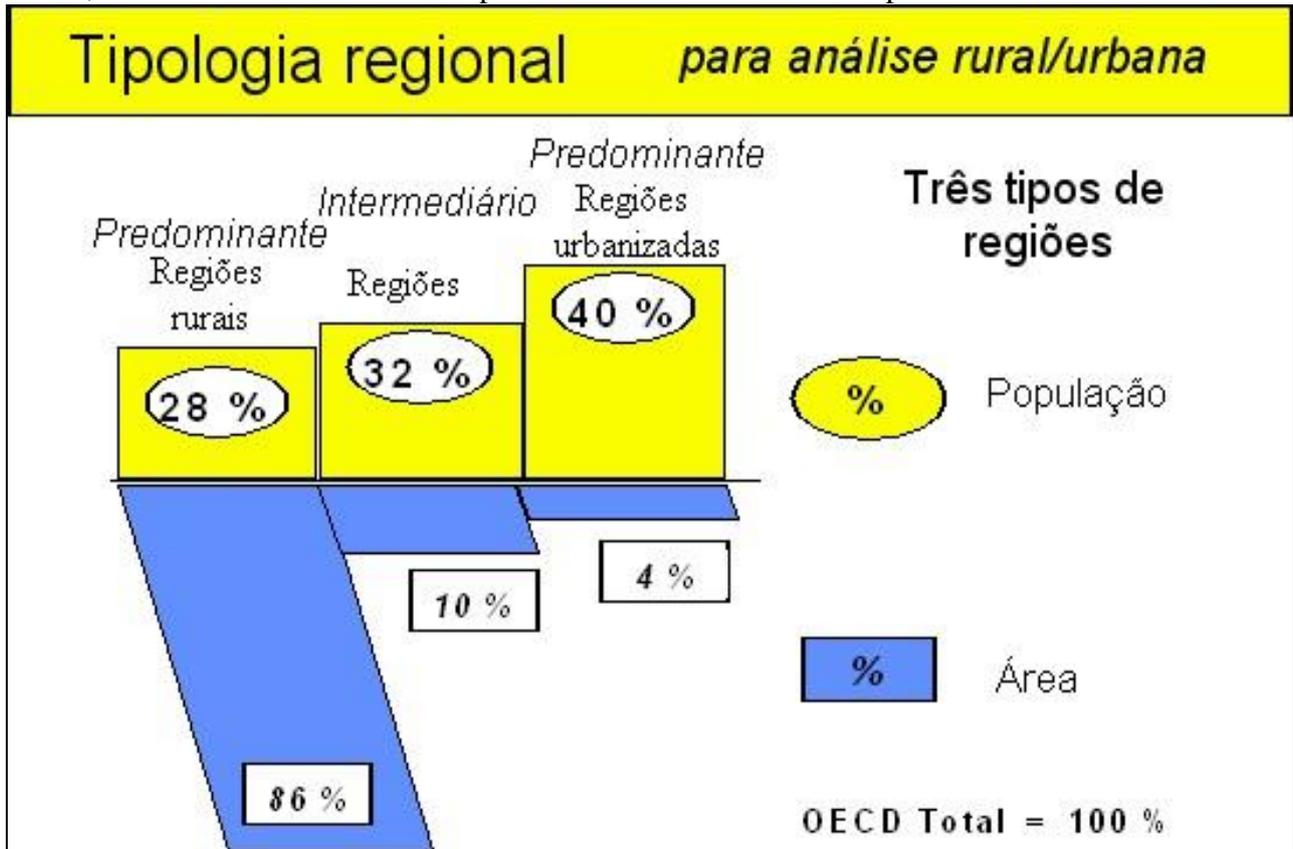
Temos assim, nos países membros da OCDE, 28% da população residindo em áreas predominantemente rurais e ocupando 86% do território, 32% vivem em áreas intermediárias e ocupam 10% do território, e 40% da população vive em áreas predominantemente urbanas e ocupam apenas 4% do território.

O

Gráfico 1 apresenta a grande diversidade de padrões territoriais presentes nos países da OCDE.

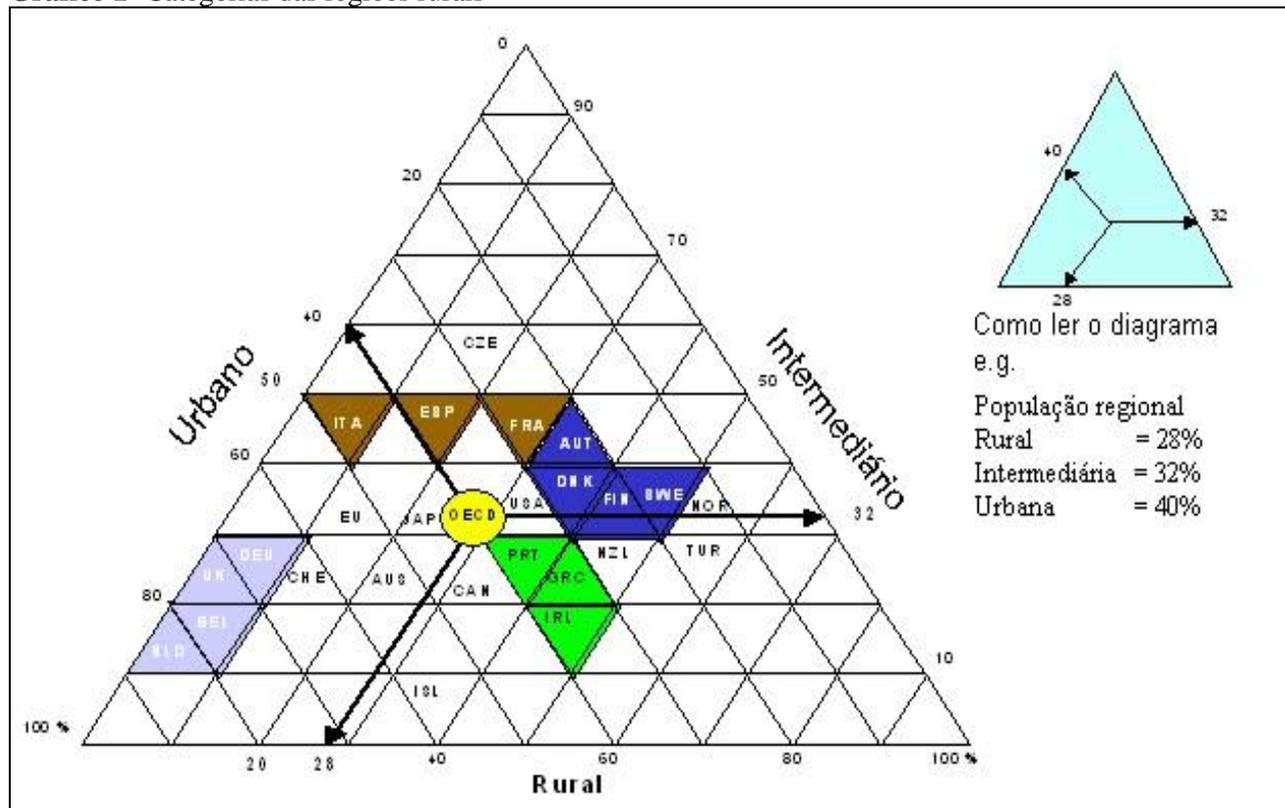
Para alguns países, (por exemplo, maioria dos países nórdicos), a população se divide em regiões predominantemente rural, intermediária e predominantemente urbanizada, como na Bélgica, no Reino

Unido, ou na Alemanha. Outros países se caracterizam por uma estrutura dual com



**Figura 2-** Tipologia regional para análise rural/urbana  
**Fonte:** Adaptado de OECD (1999).

**Gráfico 1-** Categorias das regiões rurais



**Fonte:** Adaptado de OECD (1999).

grandes proporções da população nos dois extremos, predominantemente rural e predominantemente urbanizadas (por exemplo, Irlanda, Grécia, Portugal), enquanto que na França, Espanha e Itália a maior parte cai na categoria intermédia das regiões (OECD, 1999).

Por esses dados haveria uma forte urbanização do ponto de vista demográfico, mas o predomínio de áreas rurais se mantém absoluto.

Martinez (2007) lembra que várias são as dificuldades enfrentadas para equalizar essas classificações nos censos. Uma delas, segundo ele, é a determinação das características que conferem a qualidade de urbano ou rural a um espaço dado, visto que essa qualificação depende de circunstâncias tais como o nível de desenvolvimento de cada país e seus elementos culturais. Por exemplo: núcleos densamente povoados de países atrasados manteriam condições de vida de sua população dificilmente assemelháveis às condições urbanas, uma vez que, nos países desenvolvidos, graças à qualidade de sua infra-estrutura de comunicação e de

transportes, toda população, inclusive aquela que vive em áreas distantes e isoladas, obtém acesso a todo tipo de bens e serviços, com pequena diferença em relação ao oferecido à população urbana.

Por fim, outro importante organismo internacional, a extinta Comissão das Comunidades Europeias – CEE (atual União Europeia), no comunicado “O futuro do mundo rural”, afirma que se for seguido o significado habitual desse conceito na Europa, o rural abarcaria aquelas zonas e regiões onde se levam a cabo atividades diversas e incluiria os espaços naturais e cultivados, as pessoas, vilas, pequenas cidades e centros regionais, bem como as zonas rurais industrializadas dessas regiões. (MAPA apud HERNANDO; TRIGUEROS, 1994).

A pesar de já ser uma organização que não existe mais nos mesmos moldes, é importante resaltar o ponto de vista da CEE pois ela inclui como rural “pequenas cidades” e até mesmo “centros regionais”, o que muda o tradicionalmente aceito pela maioria dos pesquisadores. Alguns trabalhos no Brasil já

incluem essa possibilidade, como por exemplo o de Gomes (2011).

### 3 O RURAL NA ESPANHA E NA GRÃ-BRETANHA.

Hernando e Trigueros (1994) acreditam que é mais lógico que cada país faça sua própria definição de rural, de acordo com suas próprias circunstâncias ecológicas, históricas e com a evolução de sua densidade populacional e a organização de seu povoamento. Eles destacam o estudo de García Gartolomé<sup>ii</sup> sobre o rural espanhol, que estabelece uma tipologia segundo a qual a população rural seria aquela que vive em núcleos menores de 2 mil habitantes, e que aqueles núcleos com população entre 2 mil e 10 mil seriam os “semirurais” e se constituiriam em “agro-cidades”. Para eles Gartolomé se baseia no tamanho do núcleo das cidades e não nos municípios, o que ofereceria maior precisão ao mundo rural espanhol.

**Quadro 1:** Propostas de definição do rural

<b>Autor</b>	<b>Definição</b>
<b>G. P. Wibberley</b>	A parte de um país que mostra sinais evidentes de um predomínio de usos extensivos da terra, no presente e num passado imediato
<b>H. Clout</b>	“O estudo do uso social e econômico da terra e das mudanças espaciais que tiveram lugar em áreas de menor densidade populacional, nas quais, em virtude de seus componentes visuais, se reconhecem como o campo..”
<b>A. W. Gilg</b>	“Embora o campo permaneça visualmente diferenciado do mundo urbano, ele está se urbanizando cada vez mais, tanto em termos sociais quanto econômicos”.
<b>Georges Duby</b>	“Certamente as mais antigas divisões entre campo e cidade foram apagadas de nossos olhos e isso se revelou como uma das mais drásticas mudanças que afetam nossa civilização, no entanto é precipitado falar em fusão entre a cidade e o campo”
<b>H. Mendras</b>	“O campo se converteu em um lugar de vida mais que em um lugar de produção agrícola”.
<b>G. Moss</b>	“...constituem o que se considera agora como um sistema contínuo ou contínuo Rural-Urbano, em que não há distinção clara entre o rural e o urbano, e que comporta diversos níveis de atividades sociais e econômicas que alcançam o ponto mais elevado no extremo urbano desse contínuo, o predomínio da atividade humana e a produção de objetos manufaturados se intensificam, enquanto que no extremo rural, os processos ecológicos e os recursos naturais predominam e se intensificam igualmente.

**Fonte:** Adaptado de Hernando e Trigueros (1994).

então a oportunidade de cada país criar suas próprias formas de pensar o espaço rural.

Há nessa proposta uma característica que vai se repetir em muitas outras apresentadas ao longo desse texto: a hierarquização do espaço rural, com áreas que seriam “mais rurais” ou “menos rurais”.

Essa definição estatística espanhola, ainda de acordo com Hernando e Trigueros (1994) tende a coincidir com a de outros países europeus, mas difere de alguns deles. A Alemanha, por exemplo, usa a definição a partir da densidade populacional: áreas com densidade inferior a 100 hab/Km<sup>2</sup> e que não possuem em seu interior cidades com mais de 100.000 habitantes. Citam, por fim, várias propostas elaboradas por diferentes autores (Quadro 1).

Os significados acima carregam em sua base aspectos sociais, históricos e econômicos, além de possuírem o urbano como referencia. Os autores não são objetivos em definirem o rural, classificando-o com adjetivos como: “lugar de vida”, “signos evidentes”, componentes visuales”. Surge

Isso não é necessariamente ruim, mas é restritivo à criação de definições

universalmente aceitas. Mesmo em territórios relativamente pequenos como a ilha da Grã Bretanha as diferenças são importante.

Na Inglaterra e no País de Gales, as áreas urbanas são definidas, de acordo com o Department for Communities and Local Government – DCLG (2003-2004), como assentamentos, com uma população de 10.000 hab. ou mais. As que não alcançam esse número são rurais.

Na Escócia o rural foi determinado pelo Scottish Executive Urban Rural Classification como sendo assentamentos com uma população de menos de 3.000 habitantes. **(Erro! Fonte de referência não encontrada.**

).

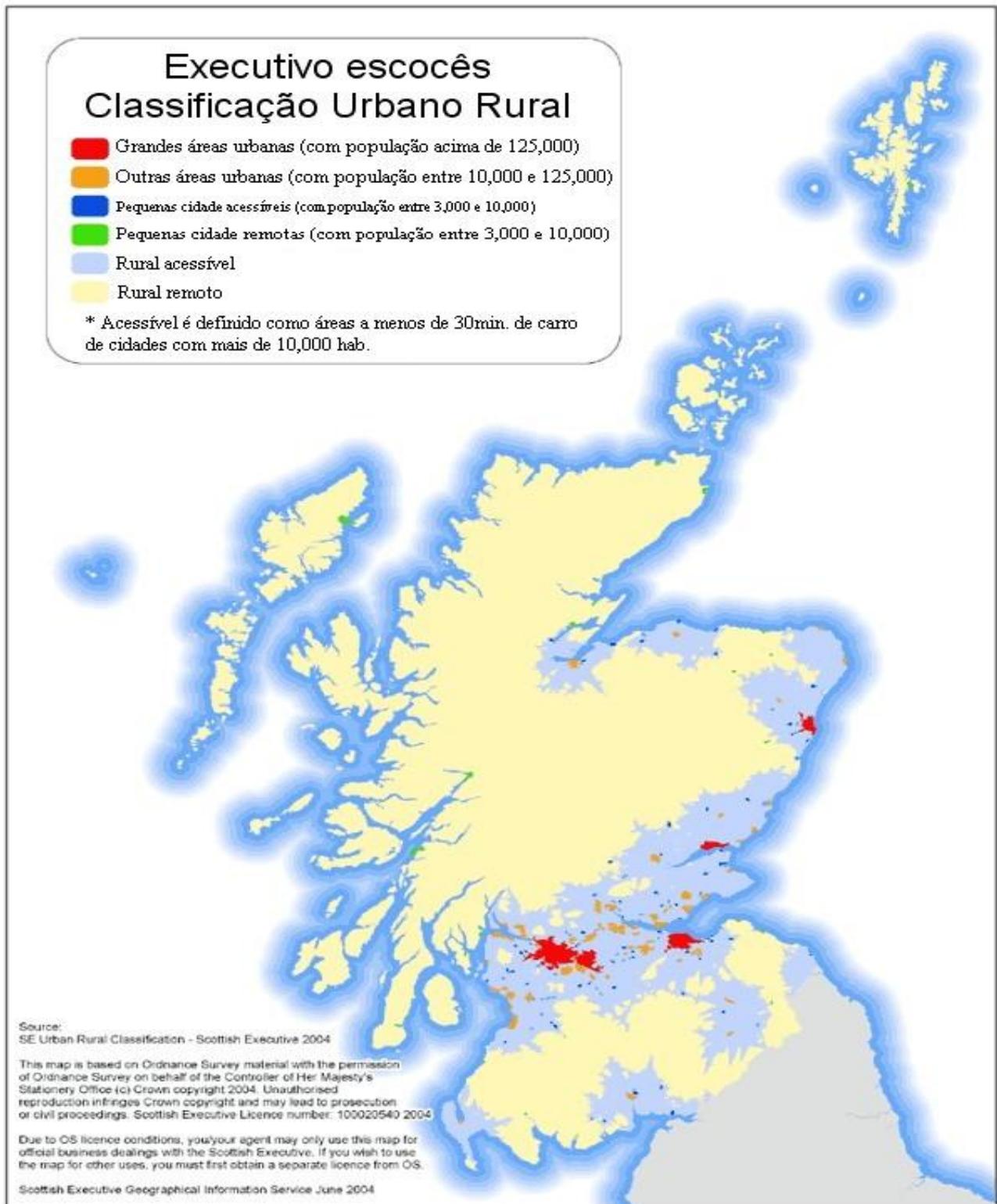
Outra dimensão assumida pelo governo escocês foi a diferenciação entre áreas rurais remotas (remote rural) e áreas acessíveis (accessible rural). As remotas são aquelas áreas que estão a mais de 30 minutos de carro de um assentamento com população superior a 10.000 habitantes. Já, as acessíveis são as que estão a uma distância inferior a 30

minutos desses assentamentos (SCOTTISH GOVERNMENT, 2007-2008).

Embora fique claro que esse tempo é calculado tendo por base o uso do automóvel é difícil imaginar a utilização dessa proposta em países periféricos com grandes centros urbanos, devido principalmente aos constantes problemas de fluxo do trânsito enfrentados por essas nações. Também causa estranheza o parâmetro de tempo, visto que ele pode variar muito e função de aspectos tecnológicos, comportamentais e sazonais.

#### **4 O RURAL EM ALGUNS PAÍSES DAS AMÉRICAS – O EXEMPLO DA COLÔMBIA, DOS EUA E DO CANADÁ**

Na Colômbia, os censos vêm utilizando, sobretudo, uma classificação administrativa, onde predomina "la diferenciación cabecera – resto como aproximación a la clasificación. rural – urbana" (HERNANDO; TRIGUEROS, 1994). Exceção feita ao censo de 1973, onde se utilizou uma definição por tamanho, com o

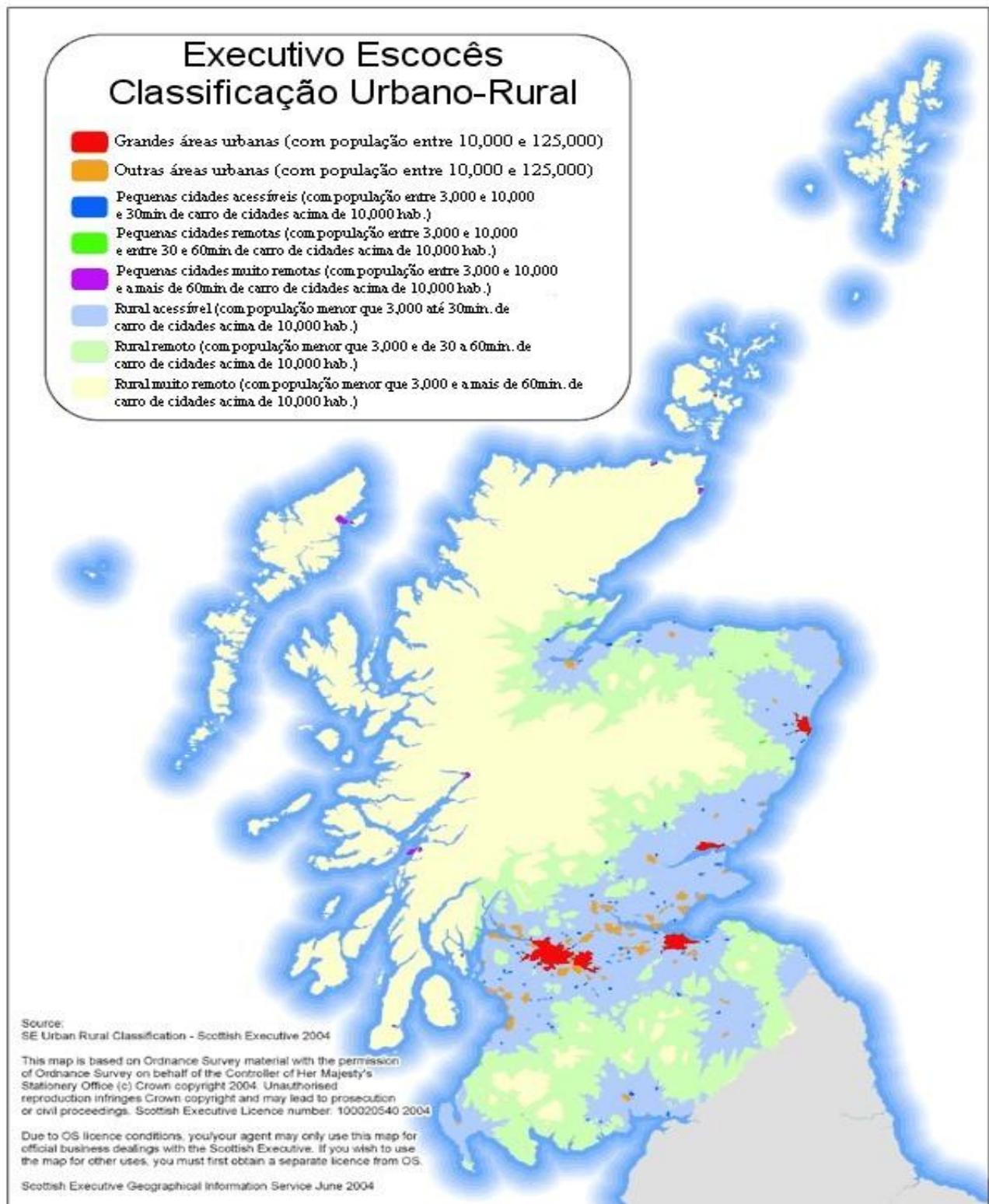


**Figura 3-** Classificação Urbano rural na Escócia

rural sendo definido pelo limite de 1.500 habitantes.

Ha uma tendência de se padronizar a definição de uma unidade mínima de características urbanas conhecidos como povoados ou localidades. O limite mínimo para a

consideração destas localidades era de 10 ou mais casas em 1964, 500 habitantes em 1973, não pôde ser estabelecida em 1985 e em 1993 foi um critério combinado de 20 ou mais habitações contíguas e conformação urbana, ou seja, a existência de quadras, ruas e estradas. A esse ultimo tipo de classificação podemos



**Figura 4:** Classificação Urbano rural na Escócia

**Fonte (figuras 4 e 5):** Adaptado de Scottish Executive Urban Rural Classification (2003-2004).

chamar de morfológica (HERNANDO;  
TRIGUEROS, 1994).

Nos Estados Unidos, segundo  
definição do *E.U. Census Bureau*, os espaços

rurais compreendem áreas abertas e  
localidades com menos de 2.500 habitantes  
e que não pertençam a Áreas Urbanizadas (UA)  
e a *Cluster Urbanos* (UC). Para eles, rural é  
aquilo que não se classifica como urbano, ou

que não apresentam as seguintes características:

- (1) Lugares com 2.500 pessoas ou mais definidos como cidades, vilas e bairros (exceto no Alasca e Nova Iorque), e cidades interioranas (exceto nos seis estados da Nova Inglaterra e Winsconsin), mas sem contar com as porções rurais das “extensões urbanas”.
- (2) Lugares com 2.500 ou mais pessoas designados pelo censo
- (3) Outros territórios, incorporados ou não, incluídos nas áreas urbanas (US CENSUS BUREAU, 1995).

Mais especificamente, territórios, populações e moradias não classificadas como urbanas são consideradas rurais. De acordo com esses dados, a população rural nos EUA era de 59 milhões (21% do total) em 2000.

Para tentar facilitar a distinção o *Economic Research Service – United States Department of Agriculture (USDA)* criou o *Rural-Urban Continuum Codes*. Ele forma um sistema de classificação que distingue condados metropolitanos (*metro*) pela dimensão da população de sua área metropolitana, e condados não-metropolitanos (*nonmetro*) em função de seu grau de metropolização e localização em relação às áreas metropolitanas. As categorias *metro* e *nonmetro* foram subdivididas em agrupamentos: três “*metro*” e seis “*nonmetro*”; resultando nove conselhos codificados. Os códigos permitem que pesquisadores trabalhem com grupos residenciais pequenos, além de uma simples *metro-nonmetro* dicotomia, especialmente para a análise de tendências em “*nonmetro*” áreas que podem ser relacionadas com o grau de ruralidade e proximidade de áreas metropolitanas.

Todos os condados dos Estados Unidos foram agrupados conforme o estatuto do *Office of Management and Budget*. Condados *metro* são distinguidos pelo tamanho da população da *Metropolitan Statistical Area* da qual fazem parte. Condados *nonmetro* são classificados de acordo com o tamanho de sua população urbana agregada. São definidas três categorias de dimensão urbana: os condados *nonmetro* identificados pela sua proximidade, relação

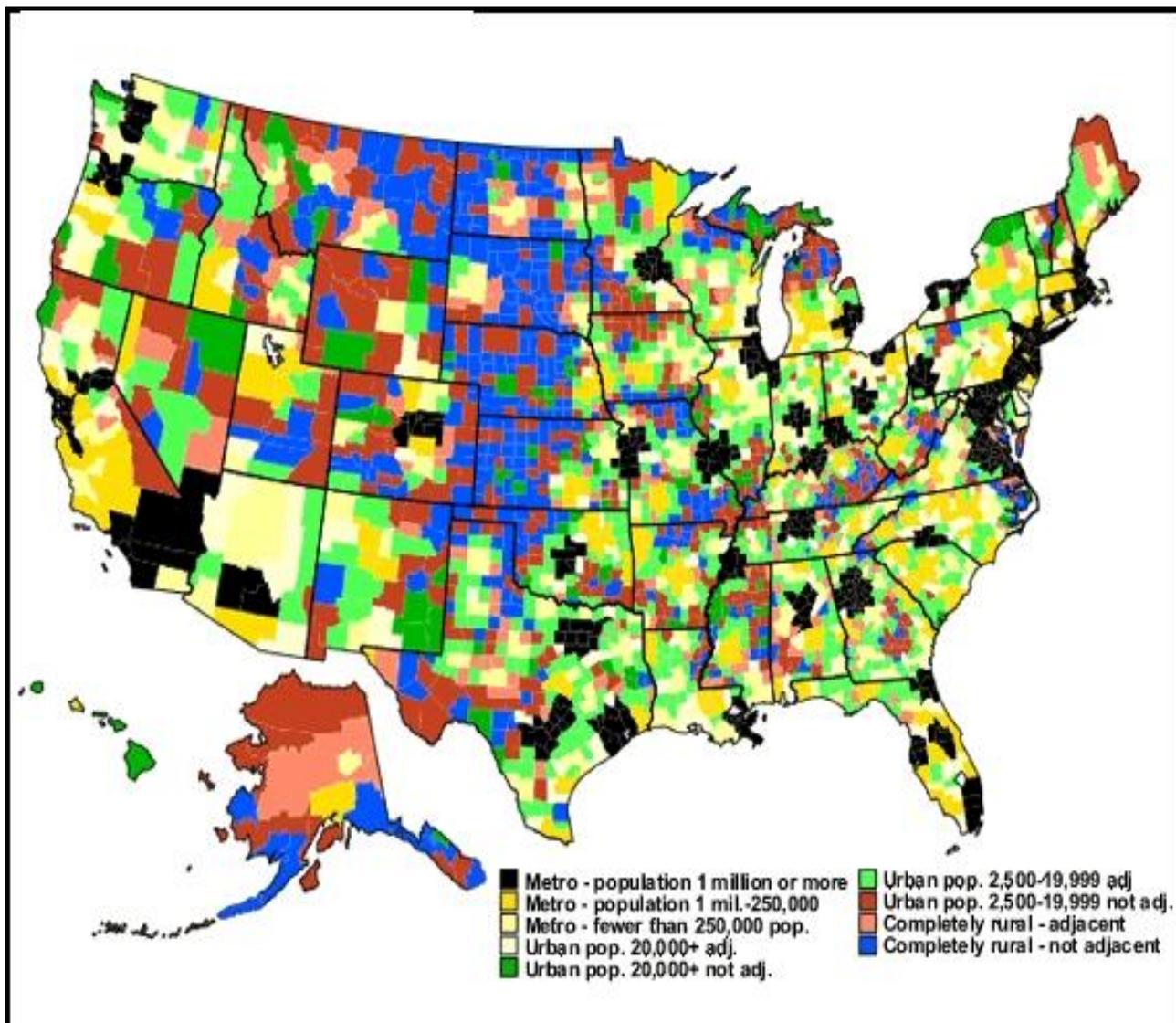
com áreas *metro*, e os conselhos *nonmetro* limítrofes definidos como uma fronteira, se fisicamente estiver ligado a outras regiões metropolitanas com, pelo menos, 2% de sua força de trabalho estiver empregada, de forma pendular, no centro metropolitano, e o próprio centro (USDA, 2004).

No estado do Alabama, o *The Alabama Rural Health Association (ARHA)* desenvolveu outro método para distinção rural/urbana. Trata-se de uma fórmula com quatro variáveis caracterizantes dos espaços. Cada variável poderia obter até 25 pontos, perfazendo o total de 100 pontos. Quanto maior a pontuação, mais rural é o município analisado.

Para o cálculo dessa fórmula as variáveis utilizadas foram:

- 1) O percentual do total de trabalhadores num condado composto por empregados do sistema público educacional das escolas elementares e secundárias. Como o sistema educacional local é o maior empregador individual de muitas cidades rurais, quanto mais alto o percentual empregatício no sistema educacional em relação ao total, mais rural o condado é considerado.
- 2) O valor em dólar da produção agrícola por acre de terra. Quanto maior o valor da produção agrícola por acre, mais rural o condado é considerado
- 3) A população por milha quadrada de terra. Quanto menor o número de pessoas por milha quadrada, mais rural o condado é considerado.
- 4) Um índice é usado para atribuir uma pontuação para cada condado tendo por base a população de sua maior cidade, as populações de suas outras cidades e a população de cidades que se localizam em outros condados. Condados onde os maiores lugares incorporados tem uma população abaixo de 2.500 pessoas, atribui-se o índice de 25 pontos. Condados onde os maiores lugares incorporados tem uma população de 50.000 ou mais, atribui-se o índice mais baixo, de 0 pontos (ARHA, 2007).

No Canadá, pelo menos seis alternativas de definição de “rural” estão disponíveis. Cada definição enfatiza diferentes critérios geográficos, como a dimensão da população, a densidade populacional, o contexto do mercado de trabalho e as diferentes formas de associação. De acordo com o *Canada’s National Statistical Agency*, tendo por base o senso de 2001, as áreas rurais e urbanas do Canadá seriam assim distribuídas: (Figura ).



**Figura 5:** Continuum rural/urbano

**Fonte:** Adaptado de USDA, Economic Research Service (2003).

A Zona de Influência das Aglomerações (MIZ) é, de acordo com Statistics Canada Census (2001), um novo conceito aplicado, com o propósito de análise estatística, para subdivisões do censo canadense. O MIZ diferencia áreas geográficas do Canadá fora do Censo de Áreas Metropolitanas (CMAs) e dos Censos de Aglomerações (CAs). A CMA ou CA é um espaço constituído por um ou mais municípios adjacentes situados em torno de um grande núcleo urbano. Para formar um CMA, o núcleo urbano deve ter um mínimo de 100.000 habitantes. Para formar um CA, o núcleo urbano deve ter um população de pelo menos 10.000. Na subdivisão do Censo fora das CMAs e das CAs são atribuídas a uma das

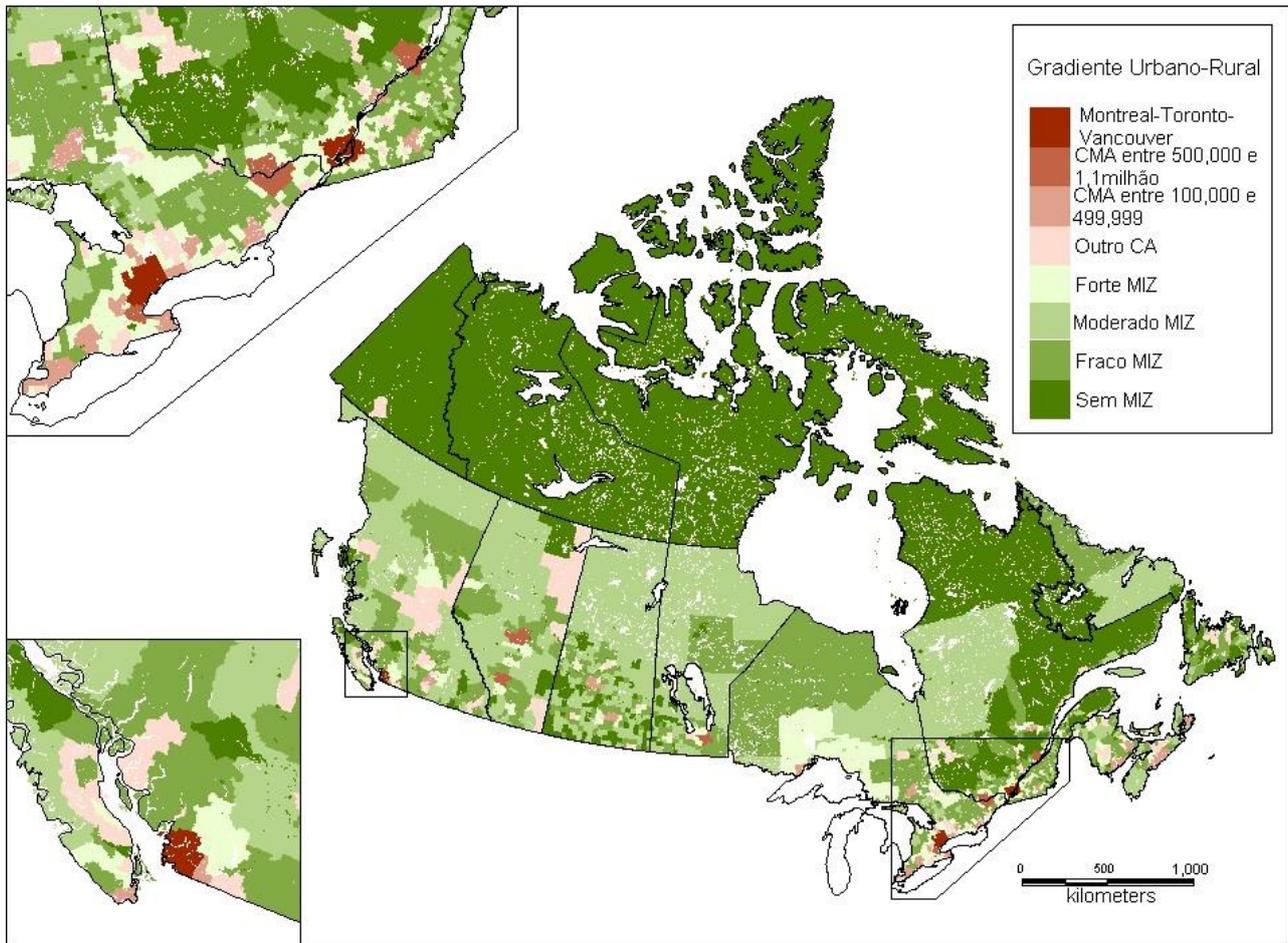
quatro categorias, de acordo com o grau de influência (forte, moderada, fraca ou nenhuma influência) que o CMAs e/ou CAs têm sobre eles.

## 5 AS DEFINIÇÕES DE RURAL EM ALGUNS PAÍSES DA ÁSIA E OCEANIA

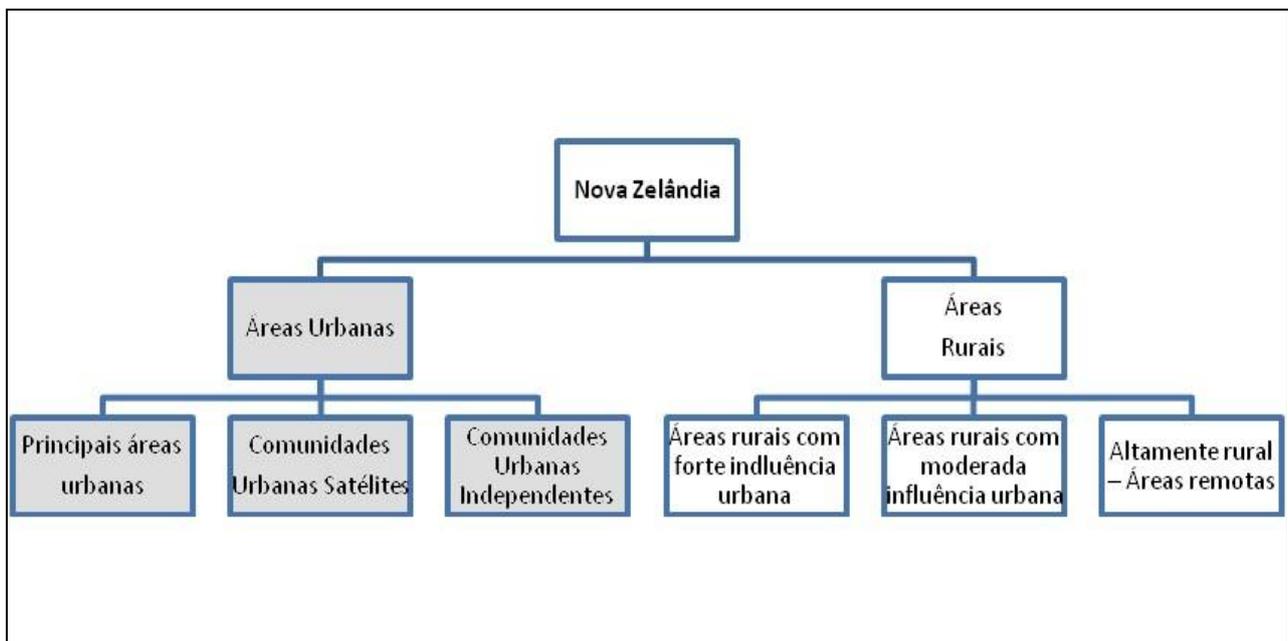
Na Nova Zelândia, a classificação urbano/rural se dá com base nos parâmetros adotados pela *Statistics New Zealand Official Agency*. Eles classificam o rural de acordo com os diferentes graus de influência nas proximidades das zonas urbanas

Existem duas categorias de áreas rurais: centros rurais e 'outros'. Centros rurais são definidos pelo tamanho da população, sendo de 300 a 900





**Figura 7:** Gradiente Urbano-Rural do Canadá.  
**Fonte:** Adaptado de Statistics Canada Census (2001).



**Figura 5:** The standard urban area classification.  
**Fonte:** Adaptado de New Zealand's Official Statistics Agency (2006).

A *Commission for rural Communities (RU)*, sabendo da necessidade de distinguir os diferentes tipos de espaços introduziu distintas dimensões para avaliação.

Na China, o *China's State Statistical Bureau* usa três conceitos distintos na definição da população rural chinesa: "rural", "agrícola" e "paisagem" (countryside). Em 1984, estabeleceu-se que o total da população urbana e o total da população rural são classificados de acordo com a sua residência usual. A definição para a população rural da China, até 1988, utilizava os termos "agrícolas e não-agrícolas" como distinção dentro do "rural", sem fornecer uma explicação clara de como tal distinção é feita. O resultado é a existência de duas definições relacionadas, mas concorrentes da população rural (MARTIN, 1992).

No *Yearbooks* de 1984, no capítulo referente à agricultura, uma terceira categoria é encontrada: a definição de campo.

O termo *commune population* é usado em uma tabela que lista o número de Comunas, Brigadas e Equipes de Produção. Aparentemente, a definição incluía todas as pessoas que, urbanas ou rurais, viviam em áreas administradas por comunas abrangendo povos que vivem na cidade e nas zonas rurais. O terceiro termo é a mesma frase usada para definir a população rural de acordo com a definição "rural" (MARTIN, 1992).

São, assim, duas figuras significativamente diferentes para a população rural da China, baseadas em duas definições distintas, mas usando a mesma frase para

expressá-las (O total da população urbana e o total da população rural são classificados de acordo com a sua residência usual. A população urbana é o total de população que inclui aqueles administrados a nível de cidade urbana ou interiorana; a população rural é o total de população que inclui aqueles administrados a nível de condado (exceto cidades interioranas) (IBIDEM, 1992).

Para eles o termo "agrícola" é diferente de "rural" e de "campo" por duas razões: primeiro porque a mesma definição para população do campo encontrada em 1982 no *Yearbooks* é apresentada no de 1983, como agrícola. Segundo, porque diferem com a população agrícola sempre maior que a população rural.

Em 1984, um regulamento permitiu que municípios com menos de 20.000 habitantes e população não-agrícola de, pelo menos, 2.000 habitantes (10%), passe a ser definido como uma cidade. Em 1986, uma nova resolução definiu que pequenas áreas com baixa densidade populacional (pequenos portos, lugares turísticos e de beleza cênica, postos de fronteira etc.), independente da população não-agrícola, podem obter permissão especial para ser designada "cidade". Com isso, aumentou enormemente a população urbana chinesa. Nos primeiros seis meses após a promulgação do regulamento surgiram 2.000 novas cidades na China e até 1987 novas 10.280, com uma população total de pouco mais de 175,96 milhões de pessoas, sendo que somente as cidades médias tiveram um incremento de 100 milhões de habitantes.

**Tabela 1-** Formas alternativas definição da população rural da China – (em milhões de habitantes)

Ano	Rural	Agrícola	Campo ( <i>commune</i> )
1980	795,65	819,05	-
1981	799,01	826,58	<b>818,80</b>
1982	804,59	836,30	<b>827,98</b>
1983	786,14	841,17	<b>835,36</b>
1984	707,40	837,89	<b>843,05</b>
1985	665,98	834,78	<b>844,19</b>
1986	624,26	848,18	<b>850,07</b>
1987	577,11	856,48	<b>857,13</b>
1988	552,45	864,27	<b>867,25</b>

Fonte: Adaptado de Martin (1992).

De acordo com a regulamentação de 1987, os relatórios estatísticos e econômicos rurais emitidos pelo escritório geral do Ministério da Agricultura da China, a figura “população rural” deve incluir:

...aqueles camponeses engajados em operações caseiras (artesanais), operações coletivas centralizadas, novas entidades econômica integradas e empresa com diferentes níveis de trabalho camponês, mais a população cuja sobrevivência dependa dos ganhos dos camponeses (MARTIN, 1992).

Isso se torna mais consistente com a definição de “campo”, pois leva em consideração a atividade realizada pelo indivíduo. Entretanto, o censo de julho de 1990, aparentemente, usou as definições dadas pela norma de 1984. Para a população urbana incluíram-se os distritos oficiais das cidades e das áreas vizinhas. Também estão nessa categoria os distritos e cidades de condados administrados pelos Comitês do Povo.

Em 10 de Março de 2006, uma nova norma sobre a divisão estatística da zona urbana e zona rural foi promulgada pelo *National Bureau of Statistics of China*.

O novo padrão é baseado nas divisões administrativas atuais e nos comitês existentes. Os comitês das vilas são as unidades de divisão mínimas e as conexões com as entidades públicas urbanas também são um padrão de julgamento (GUOLIANG, [19--]).

Em comparação com o antigo, o novo padrão difere pela menor divisão de unidades. A nova norma está claramente baseada nos comitês do povo e comissões de moradores das aldeias (que são as menores unidades). O tamanho e a natureza das residências já não são mais considerados como principal base para o julgamento. Para Guoliang (op cit) o novo modelo unifica o padrão de divisão urbano-rural em cada área, isto é, unifica o padrão estatístico.

## 6 COMENTÁRIOS FINAIS

Alguns parâmetros usados pelos diversos governos e instituições são comuns à maior parte dos países. São eles:

- A hierarquização do rural - conceitos como “mais rural”, “menos rural”, “forte”, “moderado”, etc.
- O uso da densidade populacional como parâmetro.
- O urbano como referência – aquilo que não é urbano é classificado como rural.

A tradicional distinção entre as zonas urbanas e rurais no interior de um país são baseadas no pressuposto de que as zonas urbanas, não importa como elas são definidas, fornecem um modo de vida diferente e, geralmente, um nível de vida mais “elevado” do que os encontrados em áreas rurais. Em muitos países industrializados, esta distinção tornou-se turva e as principais diferenças entre zonas urbanas e zonas rurais, em termos de condições de vida, tenderam a ser uma questão do grau de concentração da população.

Embora as diferenças entre zonas urbanas e rurais (modos de vida e dos padrões de vida) continuem significativas, a rápida urbanização desses países tem criado uma grande necessidade de informações relacionadas a diferentes tamanhos de áreas urbanas.

Pelos exemplos anteriormente citados, conclui-se que a classificação por tamanho da localidade tende a ser a maior preocupação dos governos e instituições. É com as características relacionadas à densidade populacional e às distâncias dos centros urbanos que eles tem feito a distinção rural/urbana, em detrimento a aspectos sociais e culturais que surgem apenas de forma secundária em suas políticas.

## REFERÊNCIAS

THE ALABAMA RURAL HEALTH ASSOCIATION. **Selected health status indicators**. 2007. Disponível em: <<http://www.arhaonline.org/>>. Acesso em: 13 out. 2007.

GOMES, I. Espaço rural em questão: o caso dos municípios rurais de Minas Gerais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Três Lagoas-MS**, Três Lagoas, v. 8, n. 13, 2011.

GUOLIANG, H. **New standard definition of rural and urban and its impact on statistics in Wuhan City**. Hubei Province: Wuhan University, [19--].

HERNANDO, F. M.; TRIGUERO, M. A. La dimension geografica del desarrollo rural: una perspectiva historica. **Revista de Estudios Agro-sociales**, Madrid, n. 169, p. 53-87, 1994.

MARTIN, M. F. Defining china's rural population. **The China Quarterly**, v. 130, p. 392-401, 1992.

MARTINES, C. **Variables de clasificación geográfica según los censos colombianos entre 1964 y 1996**. Proyecto Copums Centre d'Estudis Demografics, Universitat d'Barcelona, 2007.

NEW ZEALAND'S OFFICIAL STATISTICS AGENCY. **New Zealand: an urban / rural profile update**. 2006. Disponível em: <www.stats.govt.nz>. Acesso em: 15 set. 2008.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **RISI report on "Territorial Indicators of Socio-Economic Dynamics"**. Paris: Territorial Development Service: Territorial Statistics and Indicators Unit, 1999. (Document [DT/TDPC/TI(99)1/REV1]).

PLESSIS, V. du; BESHIRI, R.; BOLLMAN, R. D. **Definitions of "rural"**. Ontario: Agriculture Division – Ottawa, 2002.

SCOTTISH GOVERNMENT. Office of the Chief Statistician. **Urban rural classification**. Edinburgh: St Andrew's House, 2007-2008.

UNITED NATIONS. **Principles and recommendations for population and housing censuses**. New York: Economic and Social Affairs - Statistics Division, 2008.

US CENSUS BUREAU. **Urban and rural definitions**. 1995. Disponível em: <http://www.census.gov/population/censusdata/urdef.txt>. Acesso em: 15 set. 2008.

UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE. **Measuring rurality: rural-urban continuum codes**. 2004. Disponível em: <http://www.ers.usda.gov/Briefing/Rurality/RuralUrbCon/>. Acesso em: 10 jun. 2007.

---

## NOTAS

<sup>i</sup> Como o presente artigo não obteve nenhum tipo de financiamento e devido à indisponibilidade de dados no Brasil, países do continente africano não foram analisados.

<sup>ii</sup> BARTOLOMÉ, J. M. Garcia. 1993. El final del campesinado. El boletín. n 5, pp. 33-37.

**Data de submissão:** 10.11.2012

**Data de aceite:** 19.03.2013

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.